

## CAPÍTULO 12

### O FEMINISMO NO MEIO LETRADO

**Leonardo Sampaio Baleeiro Santana**

Mestre em Educação-UFT. Graduado em Biologia e Pedagogia.

**Neila Barbosa Ósorio**

Pós-Doutora em Educação. Professora Titular -UFT.

**Katia Juliane Lopes de Oliveira**

Mestre em Letras e Linguística Aplicada - UEMS. Graduada em Letras.

**Leila Cardoso Machado**

Mestre em Linguística Aplicada - UEMS. Graduada em Letras e Ed. Física.

**Ana Érita Gomes dos Santos**

Especialista em Orientação Educacional. Graduada em Pedagogia.

**Maria do Socorro Saturno da Silva**

Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Graduada em Matemática.

**Evelyn Monique dos Santos**

Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão. Graduada em Pedagogia.

**Rozilene Martins Louzeira**

Especialista em Educação Infantil e Series Iniciais. Graduada em Pedagogia.

**Bartolomeu Moura Junior**

Especialista em Gestão e Ensino de Matemática. Graduado em Matemática.

**Fabiana Fonseca Moraes Dias dos Santos**

Especialista em Gestão Municipal. Graduada em Pedagogia.

---

### RESUMO

Neste trabalho, iniciaremos com o intuito de abordar sobre o feminismo e o modo como se deu a fala antifeminista no país, mostrando como a fala se mostra dentro da cultura jornalística para aplicar questões entre as relações da história brasileira, onde se torna possível entender por que o movimento do feminismo dentro de sua práxis aparece de fora dos hábitos do país. As leituras que foram feitas em um escopo antecedendo este artigo sustentam este argumento por meio da história e cultura brasileira considerada de esquerda, isto ao mesmo tempo em que trataremos limites, isto é, o emudecimento sobre o assunto da opressão de mulheres e outras questões de gêneros (ver, tópico 2.1). Em consonância, trataremos a perseverança das multiformas do antifeminismo, isto na seara das Letras, podendo-se compreender os estatutos críticos no campo literário e o motivo de seu real desaparecimento, com algumas considerações acerca das vitórias e desafios de suas práticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo. Argumentos. História

## **1 – INTRODUÇÃO**

No Brasil, o termo “feminismo” vem sofrendo sistematicamente depreciação e deslegitimação no meio letrado há bastante tempo. Via de regra, o uso do termo está vinculado a certos significados do feminismo associados ao movimento de mulheres dos anos 1960 que foram sublinhados e universalizados em uma operação análoga à Sinédoque (figura de linguagem em que a parte é usada para representar o todo) para sustentar um determinado, e – por que não dizer assim? – uma representação deliberada, discursiva, cultural e política.

Nos referimos à forma como certas ideias foram assimiladas pelo senso comum esclarecido que levaram a uma representação do feminismo como um movimento extremista de libertação das mulheres, sustentado por uma visão homofóbica, monolítica (GHIRARDELLI, 2006), tal representação, em seus diversos modos de significar, está presente não apenas na esfera pública, onde os bens culturais são produzidos e disseminados, mas também, surpreendentemente, na esfera institucional onde o conhecimento é gerado – mais precisamente na comunidade acadêmica – propagado nele por discursos reducionistas, pejorativos e preconceituosos. Vulgarizar o feminismo e associá-lo a noções marginalizadas e anacrônicas com o propósito de marcar a natureza do que não é bom, saudável ou desejável para a sociedade brasileira tem feito parte de uma estratégia quase desesperada de alguns segmentos da elite intelectual, em sua tentativa de desqualificar as conquistas inéditas do feminismo em escala global nas últimas décadas.

Na intenção de contribuir com reflexões sobre como o discurso antifeminista é disseminado no Brasil, examinarei primeiramente como esse discurso aparece no conteúdo do jornalismo cultural hoje. Isso me permitirá lançar um breve olhar sobre o contexto histórico em que se desenvolveu uma sociedade patriarcal e elitizada, a fim de esclarecer por que o feminismo como práxis transformadora é tão estranho aos hábitos do país.

Para atingir esses objetivos, lanço mão de leituras da história e da cultura brasileira expressas no pensamento de intelectuais que poderíamos considerar “esquerdistas”, tentando reavaliar o alcance de suas percepções a partir da consideração de questões de gênero. Em seguida, tento mostrar como o antifeminismo se expressa no meio letrado, na busca de compreender o estatuto da crítica feminista no campo dos estudos literários e as possíveis razões de sua invisibilidade. Concluo com algumas considerações finais sobre a eficácia da crítica feminista e suas práticas.

## **2 – DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 – A HISTÓRIA SEM FIM: SEXISMO E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO**

O sexismo pode ser expresso por diferentes meios. Glick e Fiske (1996) descreveram que o preconceito sexista engloba dois tipos de sexismo que coexistem: o sexismo hostil e o sexismo benevolente.

Atitudes hostis refletem um tipo tradicional de preconceito (ALLPORT, 1954) que explicitamente avalia as mulheres de forma negativa e as considera inferiores aos homens. O sexismo benevolente descreve as mulheres de forma estereotipada e restrita, mas usando um tom paternalista e, aparentemente, positivo (GLICK e FISKE, 1996), o que torna difícil identificá-lo como uma forma de preconceito. Sem dúvida, as atitudes sexistas impactam negativamente a vida das mulheres de várias maneiras.

O sexismo pode afetar os hábitos e a saúde das mulheres, por exemplo, mulheres que experimentaram sexismo hostil ou benevolente durante a sessão de laboratório em um estudo experimental relataram consumir mais bebidas alcoólicas mais tarde naquela noite em comparação com mulheres que não o fizeram para experimentar sexismo (HAMILTON e DEHART, 2020). Esse efeito negativo do sexismo nos hábitos pouco saudáveis é mediado pelo sofrimento psicológico.

Aspectos identitários e motivacionais também são afetados pelo sexismo vivenciado, pois provocações sexistas afetam negativamente a autoestima de gênero em mulheres (HACK et al., 2019) e a percepção de barreiras sexistas prediz a disparidade entre as ambições pré-universitárias das mulheres e suas tentativas atuais de continuar estudando após a formatura. O sexismo também prevê a tolerância dos indivíduos ao assédio sexual, a culpabilização da vítima masculina e a aprovação do comportamento do agressor e como as mulheres que enfrentam a discriminação são percebidas.

Nos domínios públicos, o sexismo dificulta os objetivos e as conquistas das mulheres ao abordar posições de liderança, prevê atitudes negativas em relação a líderes femininas e preferências discriminatórias por candidatos políticos (RATLIFF et al., 2017). Em suma, atitudes sexistas obstruem a justiça social para as mulheres.

O sexismo também é perpetuar papéis e estereótipos tradicionais de gênero. Os homens são tipicamente associados a traços de agência, como competência e assertividade, enquanto as mulheres são associadas a atributos comunais, como cordialidade e cuidado. Os estereótipos de gênero não apenas diferenciam estritamente homens e mulheres, mas também geram expectativas sociais em relação a eles e como devem se comportar (GUERRA et al., 2021), portanto, os estereótipos de gênero têm inúmeras implicações. Por exemplo, as alunas são percebidas como menos talentosas e competentes do que os alunos do sexo masculino em áreas científicas. Além disso, o desempenho inferior das mulheres nas negociações sobre salário e benefícios é previsto pelos estereótipos de seus colegas masculinos (PARDAL et al., 2020).

Os estereótipos de gênero afetam negativamente o desenvolvimento das mulheres (e dos homens) desde a infância (BIAN et al., 2017), impedindo indiretamente a justiça social, pois estereotipar as mulheres cria barreiras para elas em áreas tradicionalmente atribuídas aos homens. Os estereótipos de gênero também afetam diretamente as percepções de justiça social.

Os papéis e estereótipos de gênero são complementares; ou seja, prescrevem homens e mulheres com atributos positivos e negativos, vantagens e desvantagens. Essa complementaridade entre os estereótipos dos grupos sociais desencadeia a percepção de que o sistema é justo e legítimo, presumivelmente porque mostra que os benefícios são alocados de forma igualitária. Assim, a exposição e a visibilidade de estereótipos de gênero complementares e crenças benevolentes relacionadas levam as mulheres – e em algumas circunstâncias os homens – a apoiar o estado atual das relações de gênero e o sistema em geral que elas erroneamente percebem como justo e equitativo (JOST e KAY, 2005).

Uma forma de desafiar o sexismo e os estereótipos de gênero pode ser apoiar a mudança social, ou seja, defender o movimento feminista. É sabido que esse movimento cresceu nos últimos anos em todo o mundo e, como foi mencionado, teve um forte impacto na sociedade ao aumentar a conscientização sobre a desigualdade de gênero. Assim, apoiar o movimento feminista pode ser entendido como uma forma de se opor às visões tradicionais de gênero e abordar a justiça social de gênero.

## **2.2 – PODER E CULTURA**

Em seu ensaio “Politicamente Correto: o processo civilizador segue seu curso” (SOARES, 1998) Luiz E. Soares examina como no cenário nacional se dissemina entre as elites um consenso que repudia ideias tidas como oriundas da cultura norte-americana e balizadas pela expressão “politicamente correto”.

Sua análise se baseia em significados cujas interpretações pelo público letrado brasileiro podem ser tríplices:

- 1) a expressão de um fanatismo histórico norte-americano que freia e controla o humor e a espontaneidade;
- 2) a manifestação de uma intolerância de origem puritana, com fortes tendências racionalistas e autoritárias que visam constituir uma sociedade artificialmente uniforme;
- 3) uma postura perigosa e enganosa alimentada pela pretensão de definir comportamentos socialmente aceitáveis, que levariam à anulação da diversidade e da diferença.

Segundo Soares, embora essas interpretações possam ser explicadas à luz de argumentos que mantêm certa validade, pois certamente houve excessos e radicalizações que levaram a tal reducionismo interpretativo, todos os pontos acima são falhos na medida em que não fornecem uma visão mais complexa e elaborada compreensão dos fenômenos associados à própria produção cultural de uma sociedade que, em suas crises, tem criado espaços para debates e em seus fluxos e refluxos, tem se esforçado para redefinir seus parâmetros ético-políticos, buscando construir uma sociabilidade democrática.

Gostaria de ressaltar a importância de seu comentário por ter deixado de fora de seu conciso inventário das atuais interpretações brasileiras sobre

o “politicamente correto” as reações mais extremistas, aquelas “*in limine*”, tudo o que estiver associado a temas relativos aos direitos das minorias ou questões feministas (SOARES, 1998). A proposta de Soares de desenvolver uma compreensão alternativa dos significados dessa expressão por meio da consideração dos fenômenos políticos, particularmente no que diz respeito às manifestações sociais e às reações que elas provocam na contemporaneidade, foge ao escopo do nosso texto. No entanto, sua leitura do reducionismo interpretativo do “politicamente correto” como expediente de exorcismo simbólico é extremamente relevante para a compreensão dos mecanismos pelos quais nossa cultura, patriarcal e conservadora, estigmatiza a cultura do ‘outro’.

Assim, neutralizamos e afirmamos nossa diferença cultural brasileira, positivamente superior, inscrita nas formulações mitológicas de nossa pretensa e inata espontaneidade, criatividade e convivência pacífica com as diferenças, apesar da experiência nacional de uma história violenta e autoritária, repressão e exclusão que nunca foram seriamente questionadas ou perturbadas por parte significativa da sociedade.

Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, a imagem caricata do “politicamente correto” disseminada pelo país não deixa espaço para discussão, onde aquilo que o “politicamente correto” evoca poderia ser considerado sério e relevante. Se isso ocorresse, poderia haver avanços em questões cívicas de cidadania e políticas públicas que abrissem o acesso e promovessem a inclusão de uma ampla parcela dos marginalizados e privados dos bens materiais e simbólicos da sociedade. Isso por si só põe em questão os limites do conceito de democracia.

### **2.3 – SOBRE A CRÍTICA FEMINISTA: LIMITES E ALCANCE**

O panorama que discutimos aqui, incluindo aspectos da história social brasileira sob o prisma das relações de poder, referências à constituição do campo intelectual e à tradição conservadora das letras no contexto da permeabilidade da ideologia patriarcal burguesa e sua eficácia histórica na construção de uma sociedade que resiste à emancipação, permite entender a falta de ressonância intelectual da crítica feminista: sua história está em sintonia com o contexto em que é gerada.

Mas tenho dúvidas se faz sentido recorrer à causalidade externa para explicar essa contingência, pois, a meu ver, embora possa ser improdutivo pensar a teoria na perspectiva nacional/estrangeira, também é impreciso justificar o status da crítica feminista apenas pelo contexto externo de suas práticas. Nesse sentido, ao tentar olhar a crítica feminista de dentro para entender o que torna possível sua articulação e, ao mesmo tempo, o que impede a materialização de sua contribuição radical, devo também enfatizar minha própria implicação em atividades de autoavaliação, consciência e autocrítica, como sujeito cultural situado em um campo de poder.

Nessa perspectiva, lanço algumas provocações: Será que desempenhamos um papel na invisibilidade da crítica feminista no campo

literário? Será que essa situação ocorre apenas porque a área das letras pode ser considerada a mais conservadora dentre as áreas do conhecimento? Ou talvez a identidade da literatura brasileira ainda não tenha rompido com sua tradição e amarras elitistas (LEITE, 1969), enquanto o feminismo é percebido como uma ameaça a essa aura? Os pesquisadores da área temem ser considerados menos femininos por subscrever o termo “feminismo”? E não poderia a crítica de Wilson Martin à fusão de ‘gênero’ e ‘mulher’ encontrar alimento em nossas próprias maneiras de proceder? Não acredito que chegaremos a um momento em que todos os impasses serão resolvidos pela constituição de um corpo coerente de práticas capaz de sustentar uma identidade estável. Isso seria impossível, pois a diferença é seu limite constitutivo como articulação possível e como impossibilidade de fechamento.

Voltando às minhas indagações sobre as formas como se faz a crítica feminista e tecendo-as nos pontos destacados acima, gostaria de enfatizar que é preciso observar que as limitações locais, detectáveis no grosso de nossas conquistas, estão perfeitamente acopladas à rede cultural brasileira no sentido de que tais limitações decorrem da lógica cultural de uma sociedade patriarcal e estratificada que tem imensa dificuldade em resolver as desigualdades sociais e raciais, tendendo assim a reproduzir essa lógica de diversas formas. Em outras palavras, a reprodução dessa lógica cultural é um sintoma das contradições pelas quais os próprios sujeitos nela envolvidos se constituem na vida social e material e vivenciam suas realidades (BORDIEAU, 1989).

Neste quadro, apresentarei algumas questões com o propósito de explorar a problemática acima mencionada. Não passou despercebido que o uso da categoria gênero tem sido muitas vezes dissociado do projeto político-epistemológico dos feminismos que, apesar de múltiplas e diferenciadas articulações teóricas, mantém no horizonte a noção de intervenção e de transformação social por meio da politização de todos os aspectos da vida social. Isso inclui a organização das relações sociais de poder, a reprodução da lógica binária nas estratégias de colonização (gênero, raça, classe, etnia, orientação social) incluindo a organização, acesso, produção e distribuição do conhecimento, desde lutas por justiça social, direitos humanos, cidadania e democratização também são lutas de conceitos. A desterritorialização da categoria de gênero no feminismo, como se observa em diversos trabalhos apresentados em fóruns de literatura é vista em dois contextos.

A primeira envolve o esforço de tornar o feminismo palatável, dando-lhe um conteúdo leve ou brando, principalmente em situações que exigem a aprovação de financiamento institucional para pesquisas, o que, por sua vez, significa competir com os discursos dominantes nos estudos literários. Nesse caso, há uma descaracterização do gênero como categoria histórica e analítica, já que se desloca do aparato discursivo-representacional das relações de poder e assimetrias e assim tenta tornar o feminismo desnecessário. Isso é coerente com argumentos que disseminam a ideia de

que não é necessário o apoio de teorias feministas para se fazer uma análise de gênero de um texto literário.

O segundo contexto está relacionado à confusão conceitual e terminológica entre gênero e mulher. Faz-se referência ao gênero quando na verdade o objeto de análise é a categoria 'mulher'. Isso mina o poder crítico do feminismo de intervir nos discursos hegemônicos. Nesse segundo sentido, o termo 'gênero' é utilizado apenas como pretexto em discussões inscritas no dogma de uma identidade feminina – então invisível, visível agora – nas argumentações generalistas que colocam a cultura da classe média branca como norma, sem a explícita e necessária problematização do que se entende pela categoria 'mulher', assumida e posicionada em determinadas identidades e localizações textuais.

O modelo de crítica feminista predominante entre nós pertence ao que se poderia chamar de feminismo cultural, com sua ideologia voltada para a supervalorização das características femininas por meio da ênfase em temas como memória feminina, corpo feminino, poética feminina, escrita feminina, história literária feminina, tradição feminina. O risco desse modelo crítico é que ele agregue uma política da diferença romantizada e essencializada que acabará por reforçar e reinscrever os binarismos e seus guetos, precisamente o que o feminismo pretende desestabilizar.

A esse respeito, cito as inspiradoras palavras de Chantal Mouffe:

O feminismo é, para mim, a luta pela igualdade das mulheres. Mas isso não deve ser entendido como uma luta pela realização da igualdade de um grupo empírico definível com uma essência e identidade comuns, as mulheres, mas sim como uma luta contra as múltiplas formas nas quais a categoria "mulheres" é construída em subordinação (MOUFFE, 1992, p. 369).

As diferenças entre as mulheres podem destacar as diferentes formas de desigualdade racial e de classe. Por exemplo, o significado de autoridade patriarcal no Brasil, segundo Maria Inácia D'Ávila Neto, foi traduzido "em diferentes modos de dominação na relação homem-mulher, variando conforme a cor da pele ou segmento social da mulher, ou seja, sua 'cor de classe'" (NETO, 1980).

Por mais que a virada historiográfica tenha promovido novos aprendizados e conhecimentos sobre o papel da mulher no século XIX produtoras de discursos do século XX, com seu importante trabalho de resgate de textos de autoria feminina que foram relegados pela historiografia e pelo discurso crítico patriarcal, essa abordagem não pode, por si só, gerar força suficiente para intervir nos padrões institucionalizados de avaliação nem nos padrões institucionalizados de interpretação.

É importante, portanto, ir além de leituras sociológicas descritivas de um texto literário para construir um ato crítico de consequências literárias/ideológicas/políticas sobre a natureza da experiência social

brasileira e as estruturas dominantes da alta cultura literária. Não acredito que a crítica feminista possa causar impacto nos estudos literários se não investir em um esforço consistente de crítica textual/ histórica/ antropológica/ cultural, ver a cultura não isoladamente, mas como um local de práticas simbólicas onde se configuram mecanismos sociais que produzem sujeitos e subjetividades e, portanto, se entrelaçam na organização material e no funcionamento da sociedade.

Mas é claro que para que a crítica feminista persiga uma visão de transformação social e cultural no contexto brasileiro, permeado por contradições, disparidades e assimetrias específicas, não bastará a análise de gênero.

## **2.4 – NO CAMPO MINADO DA CRÍTICA E DOS VALORES**

A episteme patriarcal nacional não pode ser dissociada da trajetória da crítica feminista no país. Assim, o percurso que as minhas reflexões têm percorrido visam precisamente tentar compreender o que do ponto de vista teórico constitui o seu lugar marginal e posição ambivalente no âmbito dos estudos literários e da cultura do país.

A institucionalização da crítica feminista na academia brasileira hoje é um fato incontroverso em todo o país; basta olhar para os currículos acadêmicos, projetos de pesquisa, áreas de pesquisa e produção discente e docente da pós-graduação e da graduação, bem como um número significativo de projetos de pesquisa que recebem apoio de órgãos governamentais para verificar isso. Mas também é um fato inquestionável que a crítica feminista nunca se consolidou como uma corrente teórico-crítica com impacto nos estudos literários. Via de regra, seu status acadêmico como contribuição ao estudo da literatura é quase invisível entre conceituadas abordagens teórico-metodológicas como a sociologia da literatura, a estética da recepção, o estruturalismo e o marxismo – e, mais recentemente, o pós-estruturalismo e o culturalismo.

De fato, fora do círculo de suas (mulheres) praticantes, a crítica feminista nem sequer existe. Sempre que é mencionada, ela é desacreditada, muitas vezes com preconceito explícito, e vista com desconfiança como apenas mais uma teoria 'estrangeira', expressão que, como já argumentamos, inscreve a crítica feminista no cenário de repúdio ao mimetismo teórico, questão associada com a tendência brasileira de buscar prestígio intelectual endossando nomes difíceis e teorias estrangeiras de que falava Sérgio Buarque de Holanda, em 1936.

Sem descuidar desse lado da questão, pode-se argumentar que a crítica ao mimetismo não explica inteiramente a resistência a ele, pois – por exemplo – este tipo de reação não se verifica face aos influxos teóricos do pós-estruturalismo ou do pós-colonialismo. Nesse contexto, o descrédito específico a que está sujeita a crítica feminista está relacionado a uma combinação de desinformação e ressentimento contra o que é considerado um dos subprodutos do neocolonialismo norte-americano, expresso a partir

do nacionalismo cultural. Mas, como a história nos ensinou, o nacionalismo cultural pode assumir características progressistas ou reacionárias – neste último caso, respondendo a objetivos de domesticação e controle da dissidência.

Assim, o que se pode descortinar na inconsciência política de tal descrédito e resistência é um medo da desestabilização de valores profundamente enraizados em nossa cultura – a alta literatura é um deles – já que a crítica feminista, em sua heterogeneidade epistemológica, participa de um projeto ontológico que trabalha para dismantelar a autoridade cultural/patriarcal e o privilégio cristalizado em representações historicamente situadas. É precisamente esse curso da crítica feminista que desestabiliza a complacência no mundo das letras. Examinemos as formas dessa inquietação.

Embora muitos críticos e muitas escolas de crítica compartilhem a crença na inter-relação entre sociedade e arte, as críticas feministas, obviamente, se distinguem em virtude de sua preocupação particular com as crenças da sociedade sobre a natureza e a função das mulheres no mundo, com a transformação dessas crenças em tramas literárias, com as maneiras pelas quais as estratégias artísticas e críticas ajustam e controlam as atitudes em relação às mulheres (DIAMOND e EDWARD, 1977).

A literatura é política. É doloroso ter que insistir nesse fato, mas a necessidade dessa insistência indica as dimensões do problema [...]. As grandes obras da ficção americana constituem uma série de proposições sobre a leitora, tanto mais potentes em seus efeitos quanto “impalpáveis”. Uma das principais coisas que mantém o design de nossa literatura inacessível à consciência da leitora e, portanto, impalpável, é a própria postura do apolítico, a pretensão de que a literatura fala verdades universais por meio de formas das quais todo o meramente pessoal, o puramente subjetivo, foi queimado ou pelo menos transformado por meio da arte no representativo (FETTERLY, 1978).

## CONCLUSÃO

A compreensão interdisciplinar da história brasileira e a consciência histórica dos processos sociais no contexto político de privilégios e de relações de dominação parecem ser *condição sine qua non* condição para que a crítica feminista desempenhe um papel importante na produção de uma nova abordagem para pensar a cultura e a literatura à luz das interseções de classe social, gênero e raça.

No entanto, diversos estudos de textos de autoria feminina contemplam análises em um quadro interclasse dominante, onde gênero aparece como uma categoria isolada de outras determinações de pertencimento que, embora presentes de forma subjacente, não são investigadas e integradas ao foco das análises. Nesse contexto, a reivindicação de uma política de inclusão, condicionada em sua base pelo pertencimento de classe, pode ser mais um reforço do conceito de política

liberal-burguesa, colocando a igualdade de certas mulheres perante a lei ou a ordem simbólica como limites do projeto feminista, chocando-se frontalmente com o sentido do político construído pelo feminismo e que se fundamenta numa crítica radical aos discursos dominantes.

A crítica feminista pode muito bem ser considerada um tipo de movimento social, pois pode contribuir para desestabilizar categorias ou paradigmas tradicionais (HARDING, 1986), de acordo com a definição fornecida por Sandra Harding.

Para nós do campo da literatura, que trabalhamos com sistemas estéticos / cognitivos / simbólicos / textuais – pois é nessa perspectiva que podemos falar – o exercício da crítica literária por meio de uma política interpretativa apoiada em estratégias textuais capazes de decodificar regimes de verdade gravados nos textos da cultura, deslocar suas hierarquias e abrir espaços para a diferença é a forma mais importante de construir novos saberes sobre quem somos.

Não se trata de produzir conhecimento sobre determinados sujeitos, mas sim de articular um projeto epistemológico por meio de uma prática discursiva intervencionista que provoque reflexões sobre os sentidos da dominação e as práticas domésticas de colonização, incluindo a colonização intelectual. A meu ver, esta é a maior contribuição que a crítica feminista pode oferecer: produzir um deslocamento do modelo democrático instalado no país, o mesmo que levou Sérgio Buarque de Holanda a afirmar que a democracia, entre nós, não passa de "um lamentável mal-entendido" (HOLANDA, 1995).

O refinamento das habilidades interpretativas e o exercício da imaginação criativa são pré-condições para a construção do poder crítico e da autoridade intelectual da crítica feminista brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALLPORT, GW (1954). *A Natureza do Preconceito*. Reading, MA: Addison-Wesley.

BIAN, L., LESLIE, SJ e CIMPIAN, A. (2017). Os estereótipos de gênero sobre a capacidade intelectual surgem cedo e influenciam os interesses das crianças. *Ciência* 355, 389–391. doi: 10.1126/science.aah6524

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Transl. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DIAMON, Arlyn e EDWARD, Lee R. *A Autoridade da Experiência: Ensaio de Crítica Feminista*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1977.

FETTERLY, Judith. *O Leitor Resistente*. Bloomington: Indiana University Press, 1978.

GHIRARDELLI JR., Paulo. "Anarquistas, só para contrariar". *Revista Filosofia*, year 1, n. 2, p. 14, 2006.

GUERRA, E., BERNOTAT, J., CARVACHO, H., e BOHNER, G. (2021). Senhoras em primeiro lugar: os estereótipos de gênero conduzem a movimentos oculares antecipatórios durante a interpretação incremental da frase. *Frente. Psicol.* 12:589429. doi: 10.3389/fpsyg.2021.589429

GLICK, P., e FISKE, ST (1996). O inventário do sexismo ambivalente: diferenciando o sexismo hostil do benevolente. *J. Pers. Sociedade Psicol.* 70, 491–512. doi: 10.1037/0022-3514.70.3.491

HACK, T., GARCIA, AL, GOODFRIEND, W., HABASHI, MM e HOOVER, AE (2019). Quando não é tão engraçado: prevalência de provocações sexistas amigáveis e consequências para a autoestima de gênero. *Psicol. Rep.* 123, 1934–1965. doi: 10.1177/0033294119896045

HAMILTON, RH e DEHART, T. (2020). Um brinde à igualdade! Tanto o sexismo hostil quanto o benevolente prevêm aumentos no consumo de álcool por mulheres universitárias. *Sex Roles* 83, 675-684. doi: 10.1007/s11199-020-01140-2

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HARDING, Sandra. "A instabilidade das categorias analíticas da teoria feminista." *Canta A Journal of Women in Culture and Society*, v. 11, n. 4, 1986. p. 645-664.

JOST, JT e KAY, AC (2005). Exposição ao sexismo benevolente e a estereótipos de gênero complementares: consequências para formas específicas e difusas de justificação do sistema. *J. Pers. Sociedade Psicol.* 88, 498–509. doi: 10.1037/0022-3514.88.3.498

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1969.

MOUFFE, Chantal. "Feminismo, Cidadania e Política Democrática Radical." In: BUTLER, Judith e SCOT, Joan W. (eds.). *Feministas teorizam o político*. Nova York: Routledge, 1992. p. 369-384.

NETO, Maria Inácia D'ávila. "O autoritarismo e a mulher brasileira". *Jornal do Brasil*, 7 set. 1980. Caderno Especial.

PARDAL, V., ALGER, M., e LATU, I. (2020). Estereótipos de gênero implícitos e explícitos na mesa de negociações: os estereótipos de contrapartes masculinas preveem o desempenho inferior das mulheres em negociações

diádicas face a face. *Sex Roles* 83, 289–302. doi: 10.1007/s11199-019-01112-1

RATLIFF, KA, REDFORD, L., CONWAY, J. e SMITH, CT (2017). Gerando apoio: o sexismo hostil prevê a votação de Donald Trump sobre Hillary Clinton nas eleições presidenciais de 2016 nos EUA. *Processo de Grupo. Relacionamento Intergrupual*. 22, 578-593. doi: 10.1177/1368430217741203

REIS, Roberto. "Muito servo. In: VIDAL, Hernan (ed.). *Fundamentação Cultural e Histórica da Crítica Literária Feminista Hispânica e Luso-Brasileira*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 1989. p. 567-580.

SCHWARZ. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1964.

SOARES, Luiz E. (Org.). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

SOARES, Luiz E. "Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso". In: PINTO, Paulo R.; MAGNO, Cristina; SANTOS, Ernesto P.; GUIMARÃES, Livia (Orgs.). *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 217-238.